



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0001574-77.2016.4.03.6111

RELATOR: Gab. 10 - DES. FED. ANTONIO CEDENHO

APELANTE: JOSE FERREIRA DE MENEZES FILHO

Advogado do(a) APELANTE: RUBENS HENRIQUE DE FREITAS - SP177733-A

APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO - CREA SP

OUTROS PARTICIPANTES:



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0001574-77.2016.4.03.6111

RELATOR: Gab. 10 - DES. FED. ANTONIO CEDENHO

APELANTE: JOSE FERREIRA DE MENEZES FILHO

Advogado do(a) APELANTE: RUBENS HENRIQUE DE FREITAS - SP177733-A

APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO - CREA SP

OUTROS PARTICIPANTES:

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação (ID 50361121) interposta por JOSE FERREIRA DE MENEZES FILHO contra a r. sentença (ID 50361118) que julgou improcedente a ação proposta em face do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO - CREA SP visando a declaração de inexistência de fato gerador que enseje a cobrança das multas impostas por exercício ilegal da profissão e objeto de 8 execuções fiscais.

Em suas razões recursais, sustenta, em síntese, que de acordo com o art.6º da Lei nº 5.194/1966, o exercício ilegal da profissão ocorre quando o profissional não possui registro e que, quando emitiu os ARTs, seu registro estava ativo.

Requer o provimento da apelação para que seja reformada a r. sentença, julgando-se integralmente procedente a ação.

Sem contrarrazões, os autos subiram a esta E. Corte.

É o relatório.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 0001574-77.2016.4.03.6111

RELATOR: Gab. 10 - DES. FED. ANTONIO CEDENHO

APELANTE: JOSE FERREIRA DE MENEZES FILHO

Advogado do(a) APELANTE: RUBENS HENRIQUE DE FREITAS - SP177733-A

APELADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO - CREA SP

OUTROS PARTICIPANTES:

**VOTO**

A questão devolvida a esta E. Corte diz respeito à validade de multas impostas em razão do exercício ilegal da profissão.

Ao contrário do que alega o autor, o art. 6º da Lei nº 5.194/1966 não limita o exercício ilegal da profissão à ausência de registro no CREA, embora essa também seja uma hipótese prevista. Confira-se a redação:

Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo:

**a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;**

b) o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro;

c) o profissional que emprestar seu nome a pessoas, firmas, organizações ou emprêsas executoras de obras e serviços sem sua real participação nos trabalhos delas;

d) o profissional que, suspenso de seu exercício, continue em atividade;

e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia, da arquitetura e da agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta lei.

Ainda que se alegue eventual ambiguidade do texto legal, que dispõe que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro “a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais”, afasta qualquer dúvida a leitura conjunta do art. 2º, “a”, da mesma lei, que estabelece:

Art. 2º O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado:

**a) aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País;**

b) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma de faculdade ou escola estrangeira de ensino superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, bem como os que tenham êsse exercício amparado por convênios internacionais de intercâmbio;

c) aos estrangeiros contratados que, a critério dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, considerados a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional, tenham seus títulos registrados temporariamente.

Parágrafo único. O exercício das atividades de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo é garantido, obedecidos os limites das respectivas licenças e excluídas as expedidas, a título precário, até a publicação desta Lei, aos que, nesta data, estejam registrados nos Conselhos Regionais.

Nesse sentido, como bem asseverado pelo Magistrado *a quo*, “nos autos da ação criminal nº 0003404-83.2013.4.03.6111/SP, o autor foi condenado por ter praticado os crimes de falsidade ideológica (CP, artigo 299) e uso de documento falso (CP, artigo 304), conforme acórdão do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região de fls. 394/395” (ID 50361108, fls. 212/214, nestes autos eletrônicos).

Isso posto, eventual falta de diligência do CREA ao aceitar a inscrição sem verificar a originalidade do diploma apresentado não convalida a irregularidade perpetrada pelo apelante. Ao contrário, é uma nova fraude (inscrição) que se soma à anteriormente praticada (diploma) para demonstrar a clara intenção do apelante de exercer ilegalmente profissão para a qual não está habilitado.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO à apelação.

É o voto.

## EMENTA

**ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SAO PAULO - CREA SP. INSCRIÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA FALSO. EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO. REGULARIDADE DAS MULTAS IMPOSTAS. APELAÇÃO DESPROVIDA.**

1. A questão devolvida a esta E. Corte diz respeito à validade de multas impostas em razão do exercício ilegal da profissão.
2. Ao contrário do que alega o autor, o art. 6º da Lei nº 5.194/1966 não limita o exercício ilegal da profissão à ausência de registro no CREA, embora essa também seja uma hipótese prevista.
3. Ainda que se alegue eventual ambiguidade do texto legal, que dispõe que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro “a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais”, afasta qualquer dúvida a leitura conjunta do art. 2º, “a”, da mesma lei, que estabelece: “O exercício, no País, da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, observadas as condições de capacidade e demais exigências legais, é assegurado aos que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficiais ou reconhecidas, existentes no País”.
4. Nesse sentido, como bem asseverado pelo Magistrado a quo, “nos autos da ação criminal nº 0003404-83.2013.4.03.6111/SP, o autor foi condenado por ter praticado os crimes de falsidade ideológica (CP, artigo 299) e uso de documento falso (CP, artigo 304), conforme acórdão do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região de fls. 394/395” (ID 50361108, fls. 212/214, nestes autos eletrônicos).
5. Isso posto, eventual falta de diligência do CREA ao aceitar a inscrição sem verificar a originalidade do diploma apresentado não convalida a irregularidade perpetrada pelo apelante. Ao contrário, é uma nova fraude (inscrição) que se soma à anteriormente praticada (diploma) para demonstrar a clara intenção do apelante de exercer ilegalmente profissão para a qual não está habilitado.
6. Apelação desprovida.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Terceira Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Assinado eletronicamente por: **ANTONIO CARLOS CEDENHO**

**03/06/2020 11:13:05**

<http://pje2g.trf3.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **133752503**



20060311130521900000132864259

IMPRIMIR

GERAR PDF